



ORBIS

Boletim Trimestral do
LEPEB-UFF



Vol.1 – Nº 4
Outubro-Dezembro/2023
ISSN: 2965-2235

O fenômeno do policial político no Brasil

*Talita Ribeiro**

Ao longo das últimas décadas, o país tem enfrentado índices alarmantes de criminalidade, abrangendo desde crimes violentos até conflitos armados entre grupos criminosos e forças de segurança. Dados disponibilizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) mostram que o pico de Mortes Violentas Intencionais no Brasil se deu em 2017, onde 64.078 pessoas foram vítimas de homicídios (incluindo feminicídio e policiais assassinados), roubos e lesão corporal seguidos de morte, e mortes decorrentes de intervenções policiais. Na época, como mostram pesquisas realizadas pelo FBSP, o país registrou 30,9 Mortes Violentas Intencionais para cada 100 habitantes. Devemos destacar que esse número não é um fenômeno isolado, já que a crescente de mortes desse tipo vem desde 2012.

As políticas de segurança pública, embora insuficientes, enfrentam um desafio persistente. Não há uma definição normativa clara sobre como os recursos devem ser alocados para financiar a segurança pública. Enquanto a Constituição obriga a operação e manutenção de contingentes policiais nos estados e na União para manter a ordem, ela também permite que os municípios estabeleçam suas próprias guardas municipais. O financiamento da segurança pública é predominantemente direcionado para despesas com pessoal, refletindo a necessidade de manter as forças policiais operacionais.

Além da discussão sobre as normas de financiamento da segurança pública, que impactam negativamente a eficácia das alocações de recursos, outro aspecto relevante a ser considerado é o papel desempenhado pelos policiais militares. A posição desses profissionais dentro da estrutura do serviço público não é claramente definida, pois, embora sejam designados como policiais militares, sua condição de funcionários públicos é ambígua. Na realidade, são percebidos como uma categoria especial de trabalhadores, inseridos no contexto militar. Em virtude dessa classificação militar, alguns direitos e garantias trabalhistas essenciais são negados aos policiais, o que resulta na fragilização de sua condição laboral.

Conforme observado por Frederico de Almeida,

Os policiais militares e os militares não têm condições de expressar insatisfações de trabalho. Não podem se sindicalizar, não podem fazer greve. Então, usam essa permissividade eleitoral para levar essas demandas adiante, se valendo do discurso de combate à criminalidade. (ROSSI, 2020, p.4)

Diante disso, nota-se um fenômeno que tem ganhado destaque nos últimos anos chamado policialismo, termo utilizado pelo Instituto Sou da Paz para descrever a incorporação das carreiras e do discurso militar nas candidaturas de agentes de segurança, especialmente no contexto das pautas relacionadas à segurança pública.

Segundo levantamento do Sou da Paz, as eleições de 2020 registraram um maior número de candidaturas de policiais e militares, tendo um aumento de 21% em números absolutos em relação à eleição anterior. A maior porcentagem de registros de candidaturas da área de segurança é representada por policiais militares e militares reformados, sendo os membros das forças armadas a ocupação menos representada. Devemos observar, no entanto, que o crescimento do número de candidatos vindos das forças de segurança acontece desde 2012, o diferencial dos últimos anos, principalmente 2020, foi o aumento de candidaturas para os cargos do Executivo.

O mesmo estudo também aponta um dos prováveis motivos para o crescimento do número de policiais eleitos. Dados de 2018 mostram que os militares e policiais representavam aproximadamente 3,8% do total de eleitores no Brasil, excluindo os militares inativos. Este grupo registrou um aumento de 41,7% entre 2009 e 2018, evidenciando a influência militar no cenário eleitoral, especialmente considerando o impacto gerado por indivíduos diretamente associados aos agentes de segurança. Conforme dados do Fórum de Segurança Pública do ano de 2020, levando em conta a média de membros por família com base no SIDRA/IBGE de 2008, estima-se que aproximadamente 18,5 milhões de pessoas estejam vinculadas a policiais e militares, ou seja, indivíduos que exercem seu direito de voto e compartilham princípios militares.

Outros fatores também chamam atenção. Estudos divulgados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020 revelam que a condição econômica do país influencia a candidatura e eleição de candidatos policiais. Ou seja, se a economia estiver estável e se as demandas do setor forem supridas, a tendência é que menos candidatos policiais se candidatem e, logo, sejam eleitos. Em outros termos, os policiais seriam eleitos mais frequentemente em momentos de crises e mudanças de expectativas, não apenas econômicas, mas também em termos de prioridades e ideologias políticas.

Além disso, podemos adicionar mais um elemento no que diz sobre os agentes de segurança na política. O Sou da Paz também revelou que, no que diz em respeito ao espectro político, os membros das forças de segurança se concentram nos partidos à direita: 87% dos registros de candidatura são de direita e centro-direita, sendo a maior parcela dos partidos PSL (ex-partido de Jair Bolsonaro) e Republicanos (ligado à igreja

Universal), ou seja, partidos que trazem a pauta do armamentismo com viés conservador.

Se faz interessante, além disso, observar que o fenômeno da candidatura de membros das forças de segurança se concentra principalmente na região sudeste do país, tendo o Rio de Janeiro a maior proporção de candidaturas militares e policiais, estado onde a família Bolsonaro foi eleita, e se manteve no cargo.

Levando em consideração o panorama exposto, podemos dizer que o fenômeno do policialismo está atrelado ao foco nos debates da pauta da segurança pública, impulsionada pela eleição de Jair Bolsonaro. Ademais, acreditamos que o apelo eleitoral de policiais e militares está ligada a crise de violência enfrentada pelo país, além de uma crescente descrença no Judiciário. Adicionalmente, é essencial examinar essa tendência considerando a elaboração de uma narrativa que simplifica a política como um confronto do bem contra o mal, onde o policial é retratado como o herói defensor dos valores tradicionais.

Deste modo, devemos mencionar os perigos da politização das forças policiais. A ocorrência de ações policiais forjadas com fins políticos pode vir a ser uma estratégia eleitoral, já que episódios de ações à paisana ganham forte apelo popular. Como exemplo temos as PMs Katia Sastre e Fabiana Silva, eleitas como deputada federal após deterem ações criminosas fora de horário de serviço, às vistas do público e de filmagens. Outro sintoma da politização das forças policiais é a realização de operações contra opositores políticos, algo recorrente no governo de Jair Bolsonaro.

Além disso, o fenômeno do policialismo é ligado a violência política, que cresce junto com as candidaturas de integrantes e ex-integrantes das forças policiais. Segundo um estudo divulgado em 2020 pelo jornal O Globo, um político é morto por semana no país, sendo Pernambuco e Rio as áreas com o maior número de casos dos homicídios.

A perspectiva de mudança não se configura, pois o governo sinaliza positivamente aos policiais ao aprovar, com poucos vetos, a nova Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. Lula renuncia à imposição de limites à participação dos agentes de segurança pública na política ao vetar a cláusula que proibia a filiação de policiais militares a partidos políticos e sindicatos, a presença armada em eventos político-partidários e a divulgação de opiniões políticas nas redes sociais utilizando uniforme, patente, graduação ou símbolos da instituição. O governo opta por essa abordagem em troca da aprovação de pautas que considera prioritárias, aprofundando, assim, simultaneamente, a militarização da segurança pública e a politização dos agentes de segurança.

É essencial que uma reforma na área estabeleça fronteiras mais claras entre as

esferas policial e política. Além disso, a necessidade urgente é a de direcionar a atenção para além do indivíduo policial, concentrando-se mais nos padrões operacionais e na estrutura legal que os respalda. Ao abordar de maneira mais abrangente a relação entre a polícia e a política, é possível promover uma reorganização que promova uma atuação mais transparente e eficiente.

Focar nos parâmetros operacionais e na arquitetura legal que fundamenta as ações policiais torna-se crucial para a promoção de uma mudança substancial. Dessa forma, a reforma não apenas restringe a interferência política, mas também estabelece diretrizes mais sólidas que norteiam o comportamento da polícia. Ao concentrar esforços nesses aspectos estruturais, é possível criar uma base mais robusta para uma atuação policial que esteja alinhada com princípios de justiça, transparência e respeito aos direitos civis

Referências

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública 2020. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 14, 2020.

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Policialismo**: Novo fenômeno político brasileiro. 2021.

OS GARGALOS da segurança pública no brasil: letalidade policial e politização das tropas avançam em meio à inação federal. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 jan. 2024. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/especial/os-gargalos-da-seguranca-publica-no-brasil-letalidade-policial-e-politizacao-das-tropas-avancam-em-meio-a-inacao-federal.ghtml>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

HITS nas redes, “Mãe PM” e “Major de salto” serão deputadas por SP e RJ. **Portal UOL**, São Paulo, 08 out. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/08/hits-nas-redes-mae-pm-e-major-de-salto-serao-deputadas-por-sp-e-rj.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

POLÍTICA SILENCIADA: série revela que um político morre a cada semana no Brasil. Veja a história por trás de cada caso. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 nov. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2020/politica-silenciada-serie-revela-que-um-politico-morre-cada-semana-no-brasil-veja-historia-por-tras-de-cada-caso-1-24735254>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ROSSI, Amanda. Em alta no Brasil, candidatura de policiais e militares é proibida em outros países. **Fonte Segura**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

*Bacharel em Relações Internacionais (UERJ) e mestranda em História, Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV). E-mail: talita.ribeiro@gmail.com